

ESTADO, POLÍTICA EDUCACIONAL E DIREITO À EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DA REALIDADE BRASILEIRA

Marília Ferranti Marques Scorzoni ¹

marilia.marques@baraodemaua.br

Centro Universitário Barão de Mauá

Os estudos do campo das políticas educacionais e a literatura científica apontam situações-limites que permeiam a educação básica brasileira, especialmente, no que tange ao acesso, permanência e qualidade do ensino. Esses desafios estão, diretamente, relacionados ao dever do Estado, previsto na legislação, cuja efetivação enfrenta importantes desafios que precisam ser analisados à luz da legislação e dos diferentes contextos sociais e econômicos. Considerando essa problemática, a disciplina Política Pública e a Educação no Brasil, que integra o percurso formativo dos alunos do curso de Pedagogia, se propõe a discutir as normativas e diretrizes legais relacionadas à Educação Básica, fomentando a reflexão acerca dos desafios que impactam a efetivação das determinações legais. Nesse contexto, foi proposto aos alunos, enquanto experiência de aprendizagem, um estudo de caso acerca da realidade brasileira a partir de reportagens e notícias que foram divulgadas pela mídia em 2023. O objetivo foi analisar, a partir de situações reais publicadas e denunciadas em notícias e reportagens, os desafios do acesso e permanência no contexto da Educação Básica, refletindo sobre o dever do Estado no que diz respeito à efetivação das orientações legais. Foram, assim, selecionadas reportagens e notícias que apontavam questões relacionadas ao dever do Estado em relação ao Direito à Educação, publicadas, em jornais cuja fonte é confiável. Os alunos foram divididos em grupo e cada grupo ficou responsável por

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade de São Paulo, USP. Mestra em Ciências pela Universidade de São Paulo, USP. Especialização em Teoria e Crítica Literária pela Universidade estadual Júlio de Mesquita Filho, UNESP. Especialização em Gestão Educacional pelo Centro Universitário Uniseb. Docente do Centro Universitário Barão de Mauá.

analisar um dos casos selecionados. Os casos selecionados estavam relacionados à ausência de vagas na creche, recusa das instituições públicas em aceitar a matrícula de alunos com necessidades educativas especiais, falta de transporte público escolar para os alunos das escolas públicas e falta de material escolar. Cada grupo fez a análise utilizando uma estratégia diferente e os grupos se destacaram quanto à criatividade e a articulação teórica para fundamentar as análises, apresentando vídeos em formato de noticiário, com participações e cenários que contextualizavam os casos anunciados nas reportagens. Os alunos criaram cenários, gravaram Podcast, entrevistaram pais e mobilizaram importantes referenciais teóricos para analisar as situações propostas, superando o movimento de análise escrita. A experiência de aprendizagem proposta possibilitou aos alunos compreender as determinações legais no que tange ao dever do Estado, mas também, refletir sobre as múltiplas determinações contextuais que permeiam as diferentes realidades e impactam na efetivação das políticas educacionais. Os alunos, inicialmente, mostraram-se resistentes à proposta, mas aceitaram o desafio de se debruçarem sobre as situações apresentadas, analisando os casos a partir da legislação educacional, de um modo que não fosse a escrita de um texto. Ao final das apresentações, os alunos relataram os desafios para a análise dos casos, mas apontaram a contribuição da proposta para a compreensão das determinações legais e do seu percurso formativo.

Palavras-chaves: Política educacional. Pedagogia. Direito à Educação.